

Id:13B5C8C48C9AD937



ESTADO DO PIAUÍ - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCINÓPOLIS
 CNPJ 01.024.390/0001-00



ESTADO DO PIAUÍ - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCINÓPOLIS
 CNPJ 01.024.390/0001-00

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA DEZENOVE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCINÓPOLIS-PI

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, (19/03/2026), às 17:30 hs na sede da Câmara Municipal de Francinópolis-PI no auditório Antônio Soares da Fonseca, situado na rua Ursulino Coimbra N926, nesta cidade, compareceram os vereadores Antônia Ana Campelo de Araújo, Raimundo Soares da Silva, Manoel Martins de Moura, Marcia Beatriz Rodrigues de Moraes, José Silva do Nascimento, Gilsivan da Silva Rocha, Pedro Ferreira Calixto Neto e José Sérgio Martins Filho. A Senhora Presidente, Antônia Ana Campelo de Araújo, havendo número legal de vereadores, declarou aberta a Sessão Ordinária, prosseguindo com a leitura da ata da última sessão ordinária para aprovação dos presentes. Ata lida e aprovada. **PEQUENO EXPEDIENTE** foi apresentado ofício nº001/2026 de autoria do vereador Pedro Ferreira Calixto Neto que visa a recuperação de cerca e adequação de estrada vicinal. Em seguida, foi apresentado ofício nº001/2026 de autoria da Vereadora Gilsivan da Silva Rocha que visa a realização de serviços de recuperação em vias do Bairro Centro, que se encontram com buracos. Em seguida, foi facultado o momento para que a Senhora Secretária de Administração e Obras sanasse dúvidas a respeito das comunicações enviadas. Sobre os pontos destacados no requerimento sobre precatórias do FUNDEF, a Secretária afirmou que foi colocado em conta oficial por volta de 2017/2018, o Prefeito apresentou o plano de gasto, até então, não tinha entendimento nem uma lei federal afirmando que parte desse recurso 60% poderiam ser usados para pagamento dos professores e 40% para manutenção do ensino. Essa regra foi implementada por volta de 2019. Quando essa Lei foi implementada, visto que cada prefeito da época que recebeu usou conforme sua necessidade, foi aprovada essa alteração direcionando parte do recurso, como deveria ser usado. O Prefeito da época argumentava que por mais que o Governo Federal tenha enviado valores menores para o repasse do FUNDEF, os municípios que mesmo assim não deixaram de pagar o piso e outras coisas, eles não têm débito com os profissionais. Independente disso, posteriormente baixou-se uma lei estabelecendo a porcentagem para que fosse pago aos profissionais, caso houvesse dinheiro em conta. Surgiu-se a dúvida se o repasse seria considerado dinheiro em conta ou não, embora estivesse bloqueado, foi considerado dinheiro em conta. Ao decorrer dos anos até o presente ano, ocorrem vários tramites. Com isso o Ministério Público Federal não concordava com os honorários advocatícios e o Ex Prefeito Paulo Cesar rescindiu os contratos que dia que os contratos seriam pagos com o recurso, tanto que quando o recurso foi liberado pela Justiça Federal, tanto foi definido o que cabia à assessoria jurídica numa conta e a Prefeitura noutra. Após o período burocrático, decidiu-se que poderia ser usado os juros em vez do recurso principal. Após o período citado, o recurso continua bloqueado. Terão direito as precatórias as pessoas que trabalhavam na época em que o recurso foi destinado. Não há atraso, pois não há dinheiro liberado em conta. O recurso está bloqueado por decisão da justiça federal que impede o repasse ao município e

trata sobre a audiência pública de autoria do Vereador Pedro Ferreira Calixto Neto, a Secretária que existem três audiências públicas obrigatórias nos períodos de maio, agosto e fevereiro do ano seguinte. A audiência somente é marcada após a confirmação da apresentação do balanço através da secretaria de finanças. Geralmente ocorre na última semana de cada mês citado. O Vereador Pedro Ferreira Calixto Neto destacou que a legislação não exige prazo, mas orienta que deve ser marcado em tempo hábil para que se haja o convite para que a população possa participar. Destacou ainda que geralmente as audiências são divulgadas um dia antes da execução o que inviabiliza que se programem. Citou jurisprudências e recomendações de tribunais que as divulgações devem ocorrer pelo menos dez dias antes da data marcada. **GRANDE EXPEDIENTE** Não houve vereador escrito. **ORDEM DO DIA.** A senhora presidente anunciou a segunda discussão do Projeto de Lei 278/2026 que altera os valores das diárias previstos na Lei Municipal nº 102, de 18 de junho de 2014, e dá outras providências, e falcultou o uso da palavra aos vereadores. Aproveitando o momento, a secretária tirou algumas dúvidas em relação ao uso das diárias. O Vereador José Silva do Nascimento questionou sobre o uso da diária no deslocamento para fora do município. A Secretária esclareceu que depende da situação, elencando os possíveis pagamento de 50% até 100% do valor das diárias entre outros critérios definidos em leis. O Vereador Pedro Ferreira Calixto Neto alertou que tem demanda de obras na localidade Peixe do Adriano, Genipapo e Águas Belas e que a secretaria de Agronegócio do Estado enviou e-mail comunicando a obra à Prefeitura ainda no dia seis de março, porém não houve retorno. A Secretária pediu o endereço de e-mail para confirmação. Em seguida, foi colocado em votação o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final do Projeto de Lei 278/2026 que trata sobre a correção do texto de lei. Em seguida, o Projeto de Lei 278/2026 foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente, Antônia Ana Campelo de Araújo, agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão.

Francinópolis, 19 de março de 2025.

Antônia Ana Campelo de Araújo

Antônia Ana Campelo de Araújo

Raimundo Soares da Silva

Raimundo Soares da Silva



ESTADO DO PIAUÍ - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCINÓPOLIS
 CNPJ 01.024.390/0001-00

inviabiliza qualquer execução do pagamento. Não previsão ou cronograma para pagamentos. A Vereadora Gilsivan da Silva Rocha questionou se há prazo de validade. A Secretária afirmou que não existe prazo de validade como também não existe a possibilidade de o município não receber. A Vereadora Gilsivan da Silva Rocha questionou se essa nova reduziu a porcentagem para pagamento. A Secretária afirmou que não, a regra é 60% para magistério e 40% para manutenção. A regra de 70% para profissionais da educação e 30% para manutenção é para FUNDEB. O Vereador José Sérgio Martins Filho destacou a importância do diálogo com profissionais interessados sobre o assunto. Aproveitou o momento leu a informação da última movimentação do processo. A Secretária afirmou que sempre houve diálogo entre as partes. A Vereadora Gilsivan da Silva Rocha questionou por que Várzea Grande conseguiu realizar o pagamento e Francinópolis ainda não conseguiu. A Secretária afirmou que eles tiveram o pagamento liberado e Francinópolis não. Em seguida, esclareceu o porquê de alguns professores receberem um salário-mínimo no município. Em questões de limpeza, a Secretária afirmou que em janeiro foi feito uma contratação emergencial para coleta de lixo domiciliar. Estava sendo feito, prioritariamente, varrição e roço com a equipe reduzida nos dias em que não se estava fazendo a coleta. Os acúmulos são comuns no início do ano por conta do período chuvoso. Diante disso, foi realizada uma proposta que mudou a logística da equipe de trabalho nas ruas agilizando o trabalho. Em relação ao uso da máquina em terreno particular, se esse terreno estiver no trajeto para o trabalho formal da máquina pode ser feito, desde que não comprometa o trabalho principal. Ademais, a prefeitura não possui jazida. Existe a possibilidade da cobrança de taxas por serviços prestados. Após isso, a secretária falou do serviço que feito nas estradas rurais do município ao longo do período. Sobre o requerimento da Vereadora Gilsivan da Silva Rocha que trata sobre crateras nas ruas do perímetro urbano no município, a Secretária elaborou um plano de ação para recuperar o asfalto, pois o serviço feito pela Águas do Piauí é de péssima qualidade, tanto que a Prefeitura teve que refazer o serviço feito pela empresa, como também irá cobrar pelo serviço feito, visto que a empresa é a principal responsável por não prestar serviço de qualidade. Sobre o cronograma de execução das estradas requerido pelo Vereador Pedro Ferreira Calixto Neto, a Secretária afirmou estar fazer primeiramente os locais mais críticos de urgência, posteriormente será feito as demais, visto que ainda está no período chuvoso. Sobre o requerimento da Vereadora Galbi Pereira da Silva, os trechos citados já estão no planejamento para que se possa fazer algo. Porém, ainda não se decidiu por conta do tamanho desses locais. Além disso, alertou que qualquer iniciativa de construção ou aquisição que não esteja dentro do planejamento depende de recurso público próprio. Sobre o requerimento do Vereador José Silva do Nascimento que trata sobre o piso dos Motoristas Categoria D, a secretária admitiu não ter feito o estudo sobre. Entretanto, a Prefeitura está fazendo uma nova estrutura de cargos para legislação do concurso público e nesse meio tempo será incluído essa possibilidade como também o plano de cargos e salários. Sobre a o requerimento que



ESTADO DO PIAUÍ - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCINÓPOLIS
 CNPJ 01.024.390/0001-00

Manoel Martins de Moura

Manoel Martins de Moura

Gilsivan da Silva Rocha

Gilsivan da Silva Rocha

José Sérgio Martins Filho

José Sérgio Martins Filho

José Silva do Nascimento

José Silva do Nascimento

Marcia Beatriz Rodrigues de Moraes

Marcia Beatriz Rodrigues de Moraes

Pedro Ferreira Calixto Neto

Pedro Ferreira Calixto Neto